

EDITAL Nº 03/2022

II PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO MARANHÃO

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o II PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO, resolve:

Art. 1. DIVULGAR o caderno de prova e gabarito das questões objetivas, conforme ANEXO I e ANEXO II do presente edital.

Art. 2. INFORMAR que os recursos em face do **GABARITO PROVISÓRIO** deverão ser interpostos eletronicamente, nos dias 23 e 24 de maio de 2022, unicamente através do formulário acessível no endereço <https://forms.gle/2YckVLofcdSo1YRYA>, conforme Edital de Abertura.

Parágrafo primeiro. Não serão aceitos recursos encaminhados por qualquer outra forma, devendo ser digitados e fundamentados em argumentação lógica e consistente.

Parágrafo segundo. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos.

Art. 3. O presente Edital será **PUBLICADO** no site da DPE/MA.

São Luís, 23 de maio de 2022.

ALBERTO PESSOA BASTOS
Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão





Prova Direito Pós Graduação

1 S	Sobre o instituto Usucapião Urbano, marque a assertiva INCORRETA:	
	1	Esse direito pode ser reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
	2	Aquele que possuir como sua área urbana até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
	3	A destinação de parte do imóvel residencial para fins comerciais não impede o reconhecimento da usucapião especial urbana sobre a totalidade da área.
	4	O instituto do usucapião urbano também se aplica a apartamentos em condomínios residenciais.
2 S	Mário convence Juliana, estagiária de Direito da Defensoria Pública, a valer-se da facilidade proporcionada pela função exercida e autorizar seu acesso à sede da Instituição. Mário e Juliana ingressam no prédio, utilizando a digital da estagiária, e subtraem uma impressora e um notebook da recepção. Conforme o exposto:	
	1	Mário e Juliana responderão por peculato, uma vez que é irrelevante a condição de funcionário público para a caracterização do delito.
	2	Mário e Juliana responderão pelo delito de peculato, uma vez que a condição de funcionário público do agente corresponde a circunstância inerente ao tipo penal, que se comunica ao extraneus.
	3	Para fins penais, Juliana não pode ser considerada funcionária pública.
	4	Somente Juliana responderá pelo delito de peculato, por se tratar de delito próprio. Mário responderá somente por furto.
3 S	Sobre o que dispõe o Código de Processo Civil, marque a alternativa CORRETA:	
	1	Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.
	2	Em observância ao princípio da paridade das partes, não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida em qualquer hipótese.
	3	A cooperação processual e a exigência de comportamento com boa-fé são princípios que se aplicam somente as partes.
	4	O interesse do/a autor/a não pode se limitar a declaração de existência ou inexistência de uma relação jurídica.
4 S	Considerando a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, marque a alternativa INCORRETA:	
	1	É constitucional o art. 12-C da Lei Maria da Penha que autoriza, em algumas hipóteses, a aplicação, pela autoridade policial, de medida protetiva de urgência em favor da mulher.
	2	Não se aplica a Lei Maria da Penha no caso de violência do neto praticada contra a avó, ainda que constatada situação de vulnerabilidade.
	3	E possível aplicar a suspensão condicional da pena aos crimes e às contravenções penais praticados em contexto de violência doméstica.
	4	Não cabe o arbitramento de aluguel em desfavor da coproprietária vítima de violência doméstica, que, em razão de medida protetiva de urgência decretada judicialmente, detém o uso e gozo exclusivo do imóvel de cotitularidade do agressor.
5 S	Quanto aos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, é correto afirmar que	
	1	O crime de injúria racial é imprescritível.
	2	O racismo se trata de crime de ação penal pública condicionada a representação da vítima.
	3	A Lei nº 7.716/1989 prevê a modalidade culposa dos crimes ali dispostos.
	4	A incitação ao ódio público contra quaisquer denominações religiosas está protegida pela cláusula constitucional que assegura a liberdade de expressão e é inerente à prática religiosa.
6 S	Sobre as relações de consumo, marque a alternativa CORRETA:	
	1	É vedada, na publicidade comercial, a comparação que não tem suporte em dados comprováveis, porque viola o direito do consumidor a receber informação correta e verdadeira sobre o produto ou serviço comparado.
	2	Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem subsidiariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor.
	3	O Consumidor é somente a pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário intermediário ou final.
	4	É proibida a publicidade de bens e serviços por telefone, ainda que a chamada seja gratuita ao consumidor.
7 S		





Sobre a evolução do reconhecimento de direitos ao grupo vulnerável constituído por pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros (LGBT), é INCORRETO afirmar que:

☐	1	Segundo o STF, a compreensão de que as práticas homofóbicas configuram racismo social não ofendem a liberdade religiosa, que é consagrada constitucionalmente.
☐	2	O direito dos transexuais à retificação do prenome e do sexo/gênero no registro civil não é condicionado à exigência de realização da cirurgia de transgenitalização.
☒	3	A alteração de prenome do transgênero deve ser realizada exclusivamente pela via judicial, por se tratar de alteração de registro público;
☐	4	O Supremo Tribunal Federal reconhece como válida e com os efeitos de entidade familiar a união estável entre pessoas do mesmo sexo, de modo os cartórios do Brasil não poderão recusar a celebração de casamentos civis de casais do mesmo sexo, ou deixar de converter em casamento união estável homoafetiva.

8 S		De acordo com o Código de Processo Penal, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado no processo penal quando verificar, EXCETO:
☐	1	A existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
☒	2	Falta de justa causa para o exercício da ação penal;
☐	3	Que o fato narrado evidentemente não constitui crime
☐	4	Extinta a punibilidade do agente;

9 S		Maria procura a Defensoria Pública relatando o que segue: Maria se relacionou casualmente com João pelo período de um mês. Três meses após o término da relação, Maria descobriu estar grávida. Relata que tem certeza de que o filho esperado é de João. Depois de procurá-lo para solicitar a divisão dos gastos decorrentes da gravidez, João disse que somente iria ajudar Maria financeiramente após a realização de um exame de DNA. Maria também informa que possui fotos, conversas e testemunhas que podem comprovar a existência de uma relação amorosa entre ambos. À luz da narrativa de Maria e da propositura da Ação de Alimentos Gravídicos pela Defensoria Pública:
☒	1	Após a citação, João terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar resposta à Ação de Alimentos Gravídicos.
☐	2	Nenhuma das alternativas anteriores.
☐	3	Os alimentos gravídicos serão concedidos se Maria comprovar a existência de uma relação estável ou casamento com João, uma vez que a presunção de paternidade somente se aplica nessas hipóteses;
☐	4	Após o nascimento da criança, o pagamento dos alimentos gravídicos é automaticamente suspenso e Maria deve retornar à Defensoria Pública para dar entrada em um Ação de Alimentos;

10 S		Sobre o princípio da insignificância, assinale a alternativa INCORRETA:
☐	1	O princípio da insignificância é causa supra legal extintiva da tipicidade;
☐	2	A jurisprudência brasileira admite a aplicação do princípio da insignificância aos atos infracionais;
☒	3	A apreensão de pequenas quantidades de munição, desacompanhadas da arma, atesta a aplicação do princípio da insignificância.
☐	4	Para a incidência do Princípio da Insignificância, a conduta do agente deve estar acompanhada dos seguintes elementos: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade da conduta e inexpressividade da lesão jurídica provocada;

11 S		Joana procurou a Defensoria Pública para ajuizamento de Ação de Reintegração de Posse. Ao ser atendida, informou não possuir outro bem além do imóvel requerido, bem como receber mensalmente um salário mínimo. Ao ajuizar a Ação, o/a Defensor/a Público/a pediu a gratuidade das custas judiciais, por se tratar de assistida hipossuficiente. Contudo, o juiz indeferiu o pedido de gratuidade, sob o argumento de que não restou comprovado a hipossuficiência da autora e determinou que as custas e demais despesas do processo fossem recolhidas ao final pela demandante. Contra a decisão, caberá à Defensoria:
☐	1	Impetrar um Mandado de Segurança, ante a violação de direito líquido e certo da Autora ao benefício da justiça gratuita;
☒	2	Interpor Agravo de Instrumento em face da decisão interlocutória proferida pelo juiz;
☐	3	Aguardar até que seja proferida a sentença, pois o indeferimento de justiça gratuita somente pode ser impugnado como preliminar em apelação.
☐	4	Cabe tão somente petição requerendo a reconsideração da decisão, ante a inexistência de recurso típico para impugnação desta decisão.

12 S		Acerca da prisão domiciliar, prevista no CPP, assinale a alternativa CORRETA:
☐	1	Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de sessenta anos.
☐	2	O simples fato de que o agente ser reincidente faz com que ele perca o direito a prisão domiciliar
☐	3	A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência poderá ser substituída por prisão domiciliar, mesmo quando houver cometido crime com violência.
☒	4	A prisão domiciliar para mulheres é extensiva aos homens, desde que cumpridos os requisitos da medida cautelar de prisão domiciliar e outras condicionantes;

13 S		De acordo com o STJ, quanto ao reconhecimento de pessoas e coisas, marque a alternativa correta:
☐	1	Nenhuma das alternativas anteriores.
☒	2	É inválido o reconhecimento pessoal realizado em desacordo com o modelo do art. 226 do CPP, o que implica a impossibilidade de seu uso para lastrear juízo de certeza da autoria do crime, mesmo que de forma suplementar.
☐	3	No caso de reconhecimento de objeto não se aplicam as cautelas previstas para o reconhecimento pessoal.
☐	4	O reconhecimento fotográfico de pessoas, desde que obedecidas as formalidades do Código de Processo Penal, pode servir como prova em ação penal.

14 S		Pedro tem interesse em ingressar na vida política, concorrendo ao cargo de vereador na cidade de Pitomba, Município no qual o seu irmão João é prefeito. Em dúvida sobre a possibilidade de se candidatar, Pedro procura a Defensoria Pública e durante o atendimento narra que (i) não possui
------	--	--





condições financeiras para arcar com um advogado particular; (ii) que apesar do vínculo sanguíneo com o irmão, ambos não possuem contato; (iii) que gostaria de saber se sua candidatura é legal. A luz da narrativa de Pedro:

☐	☐	1	A orientação jurídica a ser dada é que, devido ao vínculo com o prefeito, Pedro é inelegível no Estado em que se encontra o Município de Pitomba.
☐	☐	2	Não há qualquer impedimento para a candidatura de Pedro, uma vez que ele não mantém um relacionamento de proximidade com o irmão;
☒	☐	3	A orientação jurídica a ser dada é que, devido ao vínculo com o prefeito, Pedro é inelegível apenas no Município de Pitomba.
☐	☐	4	Caso João renuncie ao cargo de prefeito três meses antes das Eleições, Pedro poderá concorrer ao cargo de vereador.

15 S

Acerca das Ações Possessórias no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

☒	☐	1	A propositura de uma ação de Manutenção de Posse em um caso onde deveria ser proposta uma ação de Reintegração de Posse obstará que o Magistrado conheça o pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela.
☐	☐	2	No litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbação afirmado na petição inicial houver ocorrido há mais de ano e dia, o juiz, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias.
☐	☐	3	Quando determinada a realização de justificação prévia, o prazo para apresentar contestação será contado da intimação da decisão que deferir ou não a medida liminar.
☐	☐	4	No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública.

16 S

Sobre direitos de personalidade, marque a alternativa CORRETA:

☐	☐	1	Não é admissível o retorno ao nome de solteiro do cônjuge ainda na constância do vínculo conjugal, em observância aos princípios do Direito de Família.
☐	☐	2	Em caso de "exposição pornográfica não consentida", caso o rosto da vítima não apareça de forma evidente, não há o que se falar em reparação por danos morais.
☒	☐	3	É admissível a exclusão de prenome da criança na hipótese em que o pai informou, perante o cartório de registro civil, nome diferente daquele que havia sido consensualmente escolhido pelos genitores.
☐	☐	4	É possível a declaração de incapacidade absoluta às pessoas com deficiência mental, inapto para gerir sua pessoa e administrar seus bens de modo voluntário e consciente.

17 S

Acerca das garantias e liberdades fundamentais, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, marque a alternativa INCORRETA:

☐	☐	1	É constitucional e não fere a laicidade estatal lei estadual que permite o sacrifício de animais em cultos de religiões de matriz africana.
☒	☐	2	É constitucional a imposição legal de exemplares de Bíblias em escolas e bibliotecas públicas estaduais, uma vez que tal previsão não fere a laicidade estatal e a liberdade religiosa consagrada pela Constituição da República de 1988.
☐	☐	3	O Poder Público pode determinar a vacinação compulsória contra a COVID-19, impondo aos cidadãos que recusem a vacinação medidas restritivas previstas em lei, tais como multa, impedimento de frequentar determinados lugares, fazer matrícula em escola etc.
☐	☐	4	É inconstitucional lei municipal que proíba a divulgação de material com referência a "ideologia de gênero" nas escolas municipais, uma vez que essa lei contraria ainda um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que é a promoção do bem de todos sem preconceitos.

18 S

Sobre a liberdade de expressão, direito de resposta e o direito ao esquecimento, é incorreto afirmar:

☐	☐	1	Mesmo após a retratação ou a retificação espontânea pelo veículo de comunicação social, remanesce o direito do suposto ofendido de exercer, em nome próprio, seu alegado direito de resposta.
☒	☐	2	As liberdades de imprensa e de comunicação social devem ser exercidas em harmonia com as disposições constitucionais e aos preceitos de permissão do anonimato, vedação de sigilo da fonte, inviolabilidade da intimidade e proibição do discurso de ódio.
☐	☐	3	O STF julgou ser incompatível com a Constituição Federal de 1988 o direito ao esquecimento, que consiste no poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.
☐	☐	4	No Brasil, prevalece que o hate speech não é protegido pela ordem constitucional. Isso porque o direito à liberdade de expressão não é absoluto, podendo a pessoa que proferiu o discurso de ódio ser punida, inclusive criminalmente, em caso de abuso.

19 S

Acerca da aplicação da Lei Penal, assinale a alternativa CORRETA:

☐	☐	1	A lei posterior que, de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que a sentença condenatória não tenha transitado em julgado.
☒	☐	2	Segundo o Código Penal, considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
☐	☐	3	Somente ficam sujeitos à lei brasileira, se o fato for punível também no país onde foi praticado, os crimes praticados no estrangeiro contra a vida ou a liberdade do Presidente da República;
☐	☐	4	Quanto a aplicação da lei temporária, cessada a criminalização do tipo penal no curso da ação penal, o réu será absolvido com fundamento na abolição criminis.

20 S



Conforme a Constituição Federal de 1988 e entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema INTERVENÇÃO:

- I. A Constituição Estadual não pode trazer hipóteses de intervenção estadual diferentes daquelas que são elencadas no art. 35 da Constituição Federal.
- II. O Estado poderá intervir em seus Municípios quando não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;
- III. É admitida a decretação de intervenção federal por tempo indeterminado.

Marque a assertiva correspondente:

☐	1	Todos os itens estão incorretos.
☐	2	Todos os itens estão corretos;
☐	3	Apenas o item I está correto;
☒	4	Apenas os itens I e II estão corretos;



Prova - Psicologia (Pós Graduação)

IS		
Leia as afirmativas abaixo:		
I.	As intervenções previstas no Código de Menores eram aplicáveis a todas as crianças e adolescentes brasileiros, sem favorecimentos e/ou impunidade.	
II.	O Código de Menores consagrou a Doutrina de Situação Irregular, legalizou o atendimento que recolhia sem as devidas investigações e sem previsão de soltura de infratores, abandonados e vítimas.	
III.	A preocupação na gestão destes classificados como “irregulares” era na padronização no modelo conclamado naquela época. Modelo esse que atravessava toda sociedade, estabelecendo padrões que atendiam interesses econômicos e políticos.	
IV.	No código menorista não existia a equação pobreza igual à delinquência, por isso foi amplamente aceito.	
Está correto o que se afirma em:		
1	III e IV estão corretas	
2	III está errada	
3	I e III estão corretas	
+	4 II e III estão corretas	

	2	S	A respeito da Psicologia Jurídica no Brasil, é correto afirmar que:
		1	As possibilidades de intervenção da psicologia em interface com o direito tem se tornado cada vez mais escassas.
	+	2	É o estudo, dentro da perspectiva psicológica, de condutas complexas e que, de forma atual ou potencial, têm interesse jurídico, de maneira a possibilitar sua descrição, análise, compreensão, crítica e eventual atuação sobre elas, em função do jurídico.
		3	Em 2010, o Conselho Federal de Psicologia emitiu 03 resoluções específicas para atuação na interface com direito.
		4	Todas estão erradas.

[illegible][illegible]

	1	Contatar com CREAS do território e pertinente.
+	2	Que devido a apresentação pessoal e a dificuldade de comunicação da idosa é nítido que a mesma necessita ser interdita.
	3	Segundo o artigo 19 do estatuto do idoso os casos de suspeita ou de confirmação de maus-tratos contra idosos serão obrigatoriamente comunicados pelos profissionais de saúde, a quaisquer dos seguintes órgãos: autoridade policial, Ministério Público, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Estadual do Idoso e ao Conselho Nacional do Idoso.
	4	Se faz necessário contatar outros familiares antes de solicitar a interdição da idosa, além da avaliação especializada em saúde.

5 S												
“Caracterizado pela compulsão que indica falhas no controle interno, o qual deveria obstaculizar a efetivação do ato abusivo” (Furniss 1993). O enunciado acima diz respeito a:												
+		1	Síndrome de Adição									
		2	Comportamento Sexual Compulsivo									
		3	Transtorno do desejo sexual hiperativo									
		4	Comportamento Sexual Obsessivo Compulsivo									

[illegible][illegible][illegible][illegible]

10 S						
	Marcelo relatou, durante seu atendimento com o Defensor Público, que, aos 12 (doze) anos de idade, seus genitores se separaram. Após a separação, seu pai ainda ia buscá-lo em fins de semana alternados para ficar com ele, mas, com o passar dos anos, isso deixou de acontecer. Até os 14 (quatorze) anos de idade, Marcelo diz que buscava manter uma relação com o genitor, entretanto, ele sempre recusava suas ligações ou o ignorava todas as vezes que o encontrava, como se fosse uma pessoa totalmente desconhecida. Apesar de todo o afastamento do pai, ele sempre pagou a pensão determinada					



Sobre a situação acima o texto refere-se a:

	1	Alienação Parental
+	2	Abandono Afetivo
	3	Abandono Material
	4	Estresse Pós-traumático

TTS

Com base nessa situação, assinale a opção correta no que se refere à violência contra o idoso.

	1	Por se tratar de conduta de violência intrafamiliar, a queixa só pode ser realizada na delegacia do idoso.
	2	Nessa situação, a suspeita de violência psicológica cabe somente à notificação como meio de prevenção.
	3	O preenchimento da ficha única de notificação é dispensável em situações de violência intrafamiliar.
+	4	Caso seja verificada a ocorrência de violência física, negligência e violência psicológica, os netos poderão sofrer pena de detenção.

128

	1	Todas estão incorretas
+	2	Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental

	3	Ser tratada, exclusivamente, em serviços comunitários de saúde mental
	4	Foi promulgado no dia 18 de maio de 2001, em alusão ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial

138

Acerca da narrativa acima, é correto afirmar que:

	1	A conduta do Mario não se aplica na lei Maria da Penha por ser cunhado da relatora.
	2	Por serem cunhados e morarem na mesma casa a medida protetiva é incabível.
+	3	O ato do cunhado consiste em uma conduta de violência moral contra Maria.
	4	As acusações feitas pelo Mario só se configura como desentendimento entre cunhados.

149

	1	Entre as medidas previstas para serem aplicadas pelo juiz, segundo a gravidade de cada caso, estão: advertência, ampliação do regime de convivência, multa, acompanhamento psicológico, fixação cautelar de domicílio, inversão da guarda e suspensão da autoridade parental.
--	---	---

2	A Lei 12318/10 dispõe sobre a alienação parental, considerando-a uma forma de ferir o direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, eis que prejudica a realização do afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar, constituindo abuso moral contra a criança ou adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.
---	---

	3	Alienação parental e um termo criado na década de 80, pelo psiquiatra Dr. Richard Gardner.		
+	4	E um tema desconhecido ao público em geral, devido sua baixa frequência.		

15

Em relação a situação descrita acima, Paulo foi encaminhado para ter o primeiro atendimento em qual Núcleo Especializado da Defensoria Pública do Maranhão:

	1	Núcleo de atendimento Cível.			
	2	Núcleo de atuação forense nas varas de família.			
	3	Núcleo de defesa da Criança e do Adolescente.			
+	4	Núcleo de atendimento a Família.			

6

+	1	Um ponto fundamental das intervenções da equipe, inclusive do psicólogo, é o encaminhamento monitorado das demandas das vítimas e familiares para a Rede de Atendimento, haja vista que a atuação do psicólogo na unidade judicial é claramente jurídica e não clínica.
---	---	---

	2	O setor de psicologia da Defensoria Pública é o responsável para conduzir o Depoimento Especial, também conhecido como Depoimento Sem Danos.
--	---	--

	3	Não é competência da Defensoria Pública atender essa demanda.
	4	São atendimentos simples, especialmente os casos intrafamiliar, pois já é um assunto amplamente abordado, e os fatos são sempre



Realizados nos períodos iniciais feitos no fase investigativa/policial

[illegible]

18 S						
	No Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (CIAPD) da Defensoria Pública do Maranhão, um dos métodos utilizados para resolução de conflitos é a mediação. Com relação ao papel do mediador, analise os itens a seguir e assinale alternativa incorreta.					
	1	O mediador dentro do processo não tem poder de decisão.				
	2	No processo de mediação visto a complexidade do caso, outros mediadores poderão atuar em conjunto quando for solicitado.				
	+	3	No processo de mediação todos os profissionais envolvidos no caso devem estar presentes.			
		4	A mediação atua de forma a restaurar a autonomia dos envolvidos a partir de uma comunicação efetiva.			

19 S											
		Sobre a Violência de Gênero, é correto afirmar que:									
	1	Esta restrita ao ambiente intra familiar.									
	2	A ideologia da sociedade patriarcal não legitimada a Violencia de Genero.									
	3	As humilhações, estupro, ameaças, assédios sexuais e ofensas morais que atingem as mulheres não são frutos da desigualdade de gênero e sim da insegurança pública.									
+	4	Abrange não apenas as mulheres, mas também crianças e adolescentes, objeto da violência masculina, que no Brasil é constitutiva das relações de gênero. Engloba também diferentes formas de violência envolvendo relações de gênero e poder, como a violência perpetrada pelo homem contra a mulher, a violência praticada pela mulher contra o homem, a violência entre mulheres e a violência entre homens.									

[illegible]